

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Primeira Secção) de 2 de Dezembro de 2010 (pedido de decisão prejudicial do Verwaltungsgericht Schwerin — Alemanha) — Agrargut Babelin GmbH & Co KG/Amt für Landwirtschaft Bützow**

(Processo C-153/09) <sup>(1)</sup>

[Política agrícola comum — Sistema integrado de gestão e de controlo de determinados regimes de ajudas — Regulamento (CE) n.º 1782/2003 — Regime de pagamento único — Direitos por retirada de terras da produção — Artigo 54.º, n.º 6 — Regulamento (CE) n.º 796/2004 — Artigo 50.º, n.º 4 — Declaração da totalidade da superfície disponível para efeitos da activação dos direitos por retirada de terras da produção — Artigo 51.º, n.º 1 — Sanção]

(2011/C 30/05)

Língua do processo: alemão

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Verwaltungsgericht Schwerin

**Partes no processo principal**

Recorrente: Agrargut Babelin GmbH & Co KG

Recorrido: Amt für Landwirtschaft Bützow

**Objecto**

Pedido de decisão prejudicial — Verwaltungsgericht Schwerin — Interpretação do artigo 54.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores e altera os Regulamentos (CEE) n.º 2019/93, (CE) n.º 1452/2001, (CE) n.º 1453/2001, (CE) n.º 1454/2001, (CE) n.º 1868/94, (CE) n.º 1251/1999, (CE) n.º 1254/1999, (CE) n.º 1673/2000, (CEE) n.º 2358/71, e (CE) n.º 2529/2001 (JO L 270 p. 1) e dos artigos 50.º e 51.º do Regulamento (CE) n.º 796/2004 da Comissão, de 21 de Abril de 2004, que estabelece regras de execução relativas à condicionalidade, à modulação e ao sistema integrado de gestão e de controlo previstos no Regulamento (CE) n.º 1782/2003 (JO L 141, p. 18) — Ajudas agrícolas — Obrigação do agricultor de reclamar os direitos relativos a retirada de terras de produção antes de qualquer outro direito a fim de evitar um excesso de declarações — Violação dessa obrigação por um agricultor que não dispunha, após a retirada de terras da produção, de qualquer terra arável — Sanções

**Dispositivo**

1. O artigo 54.º, n.º 6, do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política

agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores e altera os Regulamentos (CEE) n.º 2019/93, (CE) n.º 1452/2001, (CE) n.º 1453/2001, (CE) n.º 1454/2001, (CE) n.º 1868/94, (CE) n.º 1251/1999, (CE) n.º 1254/1999, (CE) n.º 1673/2000, (CEE) n.º 2358/71 e (CE) n.º 2529/2001, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 319/2006 do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2006, deve ser interpretado no sentido de que um agricultor só pode beneficiar da ajuda a título dos direitos ao pagamento de que dispõe, incluindo os relacionados com as superfícies que não são elegíveis para o direito por retirada de terras, se tiver previamente activado todos os seus direitos por retirada de terras da produção.

2. O artigo 51.º do Regulamento (CE) n.º 796/2004 da Comissão, de 21 de Abril de 2004, que estabelece regras de execução relativas à condicionalidade, à modulação e ao sistema integrado de gestão e de controlo previstos no Regulamento n.º 1782/2003, conforme alterado pelo Regulamento (CE) n.º 659/2006 da Comissão, de 27 de Abril de 2006, em conjugação com o artigo 50.º, n.º 4, do referido regulamento, deve ser interpretado no sentido de que, atendendo ao princípio da segurança jurídica, a sanção prevista nesse artigo 51.º n.º 1, não é aplicável a um agricultor que, embora não tenha activado todos os seus direitos por retirada de terras por não dispor de um número suficiente de hectares elegíveis para o direito por retirada de terras, activou direitos ao pagamento baseados em pastagens permanentes.

<sup>(1)</sup> JO C 180, de 01.08.2009.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Terceira Secção) de 2 de Dezembro de 2010 (pedido de decisão prejudicial do Augstākās tiesas Senāts — República da Letónia) — Schenker SIA/Valsts ieņēmumu dienests**

(Processo C-199/09) <sup>(1)</sup>

[«Regulamento (CEE) n.º 2454/93 — Disposições de aplicação do Código Aduaneiro Comunitário — Artigo 6.º, n.º 2 — Pedido de informação pautal vinculativa — Conceito de “um só tipo de mercadoria”»]

(2011/C 30/06)

Língua do processo: letão

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Augstākās tiesas Senāts

**Partes no processo principal**

Recorrente: Schenker SIA

Recorrido: Valsts ieņēmumu dienests